

## Uma maravilha de capital.

Gelsom Rozentino de Almeida<sup>1</sup>



Desde 2010 está em curso na cidade do Rio de Janeiro um dos maiores programas de reurbanização de área degradada do mundo. Denominado projeto Porto Maravilha, abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, compondo um quadrilátero que envolve as avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho. Este projeto prevê a realização de empreendimentos imobiliários, comerciais e residenciais, de até 50 andares, além de via expressa, túneis, VLT, ciclovia, passeios públicos e museus. Processos semelhantes ocorreram em zonas portuárias de cidades como Baltimore, Roterdã, Barcelona, Buenos Aires, Londres, com profundos impactos na vida dos habitantes. E na revitalização dos investimentos

<sup>1</sup> Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Procientista FAPERJ/UERJ, membro do TEMPO – Núcleo de Pesquisa sobre Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder, Chefe do Museu do Cárcere (UERJ - Ecomuseu Ilha Grande).

capitalistas. O objetivo desse trabalho é, dentro dos marcos da história do tempo presente, contribuir para o conhecimento do processo de modernização conservadora na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, numa perspectiva crítica.

## **Modernização Conservadora**

A cidade do Rio de Janeiro tem uma relação íntima da região portuária e o seu desenvolvimento histórico, cultural e econômico. No porto embarcavam produtos para a metrópole e desembarcavam os escravos e estrangeiros que chegavam à cidade, portadores de hábitos e tradições que influenciaram significativamente a cultura carioca.

No começo do século XX o porto e o seu entorno passou por uma grande transformação, com o aterramento e inauguração do “moderno” Porto do Rio de Janeiro. Esta região da cidade entrou em decadência a partir da década de sessenta, com a redução dos usos portuários, e conseqüente abandono e degradação dos bairros que a compõem. Porém, as tradições locais e identidade cultural permanecem vivas até hoje. Com o objetivo de reverter essa situação de abandono, foram elaborados planos por instituições públicas e privadas, nas últimas três décadas.

A região portuária do Rio de Janeiro foi objeto de vários projetos para a sua revitalização. Muitos foram apresentados nos últimos anos sem serem levados a diante. Desta vez, em função da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade e de partidas da Copa do Mundo de Futebol de 2014, o projeto Porto Maravilha recebeu decisivo apoio do governo federal e atraiu o interesse do grande capital. O projeto chamado de Porto Maravilha foi criado a partir da instituição da Lei Municipal n° 101/2009 que criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Assim, o projeto que pretende revitalizar aproximadamente cinco milhões de metros quadrados até 2015 começou a ser implementado em 2010.

A idéia de modernização está presente no capitalismo desde seu processo de consolidação com a Revolução Industrial no último quartel do século XVII. Quase sempre como sinônimo de progresso material, estava nas bases das ambições russas,

prussianas, japonesas e outras. No Brasil esteve associado a produção de café e suas demandas por estradas de ferro, portos e uma capital “adequada” tanto ao imperialismo como a sua “refinada” classe dominante.

A principal característica desses processos de modernização é que eles não alteraram a estrutura de desigualdade econômica e social. Em alguns, aprofundaram ainda mais. A cidade do Rio de Janeiro, ao final do século XIX e início do século XX, sofreu um intenso processo de modernização, no qual a reforma urbana capitaneada pelo prefeito Pereira Passos é apenas o seu momento mais espetacular, que representa a passagem de uma cidade ainda marcada pela escravidão para uma metrópole capitalista.<sup>2</sup> O porto foi reestruturado e preparado para o grande comércio internacional; casas, cortiços, sobrados, morros com marcos históricos e habitações populares foram postos abaixo, cedendo lugar para largas avenidas e edificações suntuosas. A população do centro foi expulsa para os morros e bairros dos arredores ou periferia. O “choque de ordem” de plantão afastava os causadores da desordem e do caos, que atravancavam o progresso e o projeto “civilizador” da classe dominante.

A cidade do Rio de Janeiro está atravessando um processo de modernização conservadora que objetiva atender as demandas do grande capital ou, mais especificamente, do capital-imperialismo. Esse processo, de forma diversa do que algumas interpretações mais apressadas ou “dogmáticas” poderiam supor, não tem sido conduzido apenas pelo binômio repressão e exclusão. A perspectiva é de inclusão ainda maior a lógica hegemônica do capital de moradores de favelas, eufemisticamente chamadas de comunidades. São trabalhadores (cidadãos), em grande parte em processo de incorporação aos mercados formais de trabalho e consumo. O papel desempenhado pelas políticas públicas – federais, estaduais e municipais – é central nesse processo. Que é formado desde a remoção de áreas de risco, realizada pela prefeitura, a construção de moradias e infra-estrutura, a cabo dos governos federal e estadual, passando por diferentes projetos, muitos interligados, de geração de emprego e renda, ou da ampliação do sistema de crédito para consumo.

---

<sup>2</sup> A esse respeito recomendo dois trabalhos: BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. ROCHA, Oswaldo Porto da. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro, DCDIC, 1986 (Biblioteca Carioca).

De acordo com a Operação Urbana Consorciada (OUC), as intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal previstas pelo projeto Porto Maravilha devem contar com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores para alcançar as transformações urbanísticas, sociais e ambientais desejadas. Essa participação tem ocorrido, a partir de iniciativas da prefeitura do Rio de Janeiro junto a sociedade civil. A questão que escapa a muitos observadores com relação a “gestão social” é que a incorporação desses setores - denominados “atores sociais” – é feita em fóruns informativos e que não deliberam efetivamente sobre os grandes rumos dos investimentos nem sobre a destinação da ocupação da área.

Neste sentido, conforme Harvey e sua definição de administração empreendedora, o poder real de reorganização da vida urbana muitas vezes estaria numa coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenhariam apenas papel facilitador e coordenador.

O poder de organizar o espaço se originaria em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. É um processo conflituoso, ainda mais nos espaços ecológicos de densidade social muito diversificada. Numa região metropolitana, devemos considerar a formação da política de coalizão, a formação da aliança de classes, como base para algum tipo de empreendedorismo urbano. É claro que a iniciativa cívica foi muitas vezes prerrogativa das câmaras de comércio locais, de algum conluio de financistas, industriais e comerciantes locais, ou de alguma “mesa-redonda” entre líderes empresariais e incorporadores imobiliários. Frequentemente, essa “mesa-redonda” se aglutina, gerando o poder dirigente relativo à política da “máquina de desenvolvimento”. As instituições educacionais e religiosas, os diversos ramos do governo (variando do militar às instituições de pesquisa e administrativas), as organizações sindicais locais (em particular, do setor da construção civil), assim como os partidos políticos, os movimentos sociais e os aparelhos estatais locais (que são múltiplos e frequentemente heterogêneos), também podem participar do jogo da iniciativa local, ainda que, muitas vezes, com objetivos diferentes.<sup>3</sup>

Segundo Harvey o novo empreendedorismo na administração pública seria composto por características básicas comuns, presentes seja em Baltimore, em Halifax e outras. Como elemento principal, a noção de “parceria público-privada” - a atividade da

<sup>3</sup> HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 171-172.

parceria público privada é empreendedora, pois na execução e no projeto, é especulativa, e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado.<sup>4</sup>

A unificação realizada pela expansão capital-imperialista atua em diferentes níveis, a começar pelo da existência imediata e concreta, para uma população expropriada de maneira múltipla e brutal e colocada mais ou menos violentamente em situação de disponibilidade para o mercado, pelo desemprego ou sua ameaça, e por uma cascata de formas de venda da força de trabalho, desigualmente precarizada. Expropriada também de direitos, se depara com o mercado como *única instância comum* a todos, dramaticamente homogeneizadora das necessidades sociais.<sup>5</sup>

A unificação promovida pelo capital-imperialismo no Brasil ocorre através do Estado, tanto por meio das agências voltadas para a formulação das políticas cruciais para as frações concentradas dominantes, como na blindagem da política econômica, apartada de qualquer escolha ou manifestação popular, como na direção de políticas sociais “em parceria” com setores privados de qualquer procedência, com a necessária fragmentação dos diferentes setores dos trabalhadores e a reformatação da classe trabalhadora. A hegemonização do grande capital portador de juros, de cunho original puramente negativo (expropriador), se explicita hoje num programa de formação de trabalhadores, ao lado da adequação social e cívica de sua consciência a partir de: um novo formato de assalariamento; uma dimensão discursiva do final do trabalho sob o empreendedorismo; a expansão de financiamentos atuando como forma genérica de extração de sobretrabalho; e, finalmente, na disseminação de novos aparelhos privados de hegemonia empresariais.<sup>6</sup>

A atuação empresarial, de envergadura sem precedentes, objetiva agir preventivamente na administração de conflitos, significando que as tensões e lutas sociais permanecem e a necessidade burguesa de sua contenção. Ao mesmo tempo,

---

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 172-173.

<sup>5</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010, p. 290. A autora sustenta a tese de que a dinâmica contemporânea do capitalismo deve ser compreendida por uma lógica nova, que define pelo conceito do capital-imperialismo.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 291.

objetivam a configuração de um disciplinado exército de mão de obra totalmente desprovido de direitos e da própria identidade operária. Essa força de trabalho, sob os novos padrões de relações sociais de exploração, deve reger-se por padrões empresariais, por padrões inflexíveis de concorrência, mas comportando-se de forma flexível para ajustar-se às exigências do mercado.<sup>7</sup>

Essa forma de ação hegemônica pode ser exemplificada através do crescimento do voluntariado. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) mostra que, das 782 mil empresas privadas do país, 462 mil (59%) já realizam alguma atividade social, um exemplo que envolve também o cidadão comum: segundo a mesma pesquisa, o número de voluntários no Brasil passou de 22 milhões para 42 milhões entre 2001 e 2009.<sup>8</sup> Entre as inúmeras organizações não-governamentais, terceiro setor, fundações privadas e associações sem fins lucrativos (FASFIL), cabe registrar a emblemática criação em 2008 do Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE), com a participação de mais de 30 empresas, dentre elas Coca-Cola, Carrefour, Light, Unibanco, Itaú, Bradesco, Petrobrás, Shell, Souza Cruz e Vale.<sup>9</sup>

O CBVE tem como objetivo principal incentivar, qualificar, fortalecer e disseminar o trabalho voluntário nas Empresas, Institutos e Fundações Empresariais associadas, principalmente por meio de: consolidação de conceitos e idéias relacionadas ao voluntariado empresarial; intercâmbio de experiências, produção e disseminação de conhecimento; identificação e divulgação de ferramentas de gestão monitoramento e avaliação.<sup>10</sup> A sua ação mais importante é o RIO VOLUNTÁRIO, uma entidade filantrópica e organização reconhecida, nacional e internacionalmente, como centro de referência do voluntariado no Brasil. É intensa sua participação em Conselhos, Fóruns e Redes voltada para a superação da pobreza e da exclusão social. É composta, além de empresas mantenedoras, nacionais e estrangeiras, associações empresariais - FIRJAN,

---

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 291-292.

<sup>8</sup> Informação da Associação Brasileira de Recursos Humanos, in: <http://abrhacional.org/2009/12/04/voluntariado-no-brasil/>

<sup>9</sup> Fontes, *op. cit.*, p. 293.

<sup>10</sup> <http://www.rivoluntario.org.br/>

CIRJ, SESI, SENAI, IEL -, organismos internacionais de voluntariado, e, como parceiros estratégicos, órgãos dos governos federal, estadual e municipal e a UERJ.<sup>11</sup>

## **Capital, pacificação, ordem e investimentos**

As abordagens da imprensa e dos meios de comunicação em geral reproduzem a ideologia burguesa de que a criminalidade compreende tudo que é “fora da lei”. Além disso, a maior parte da mídia utiliza de sensacionalismo e do imediatismo para vender e obter audiência, formar a opinião pública e desviar sua atenção de outras questões. Bem, mas o problema é que a violência e o crime constituem para a sociedade um problema real. A violência é produto da realidade social em que o indivíduo está associado, ou seja, das condições sociais que determinam a ação violenta. Mas essa ação só terá sentido se, de forma consciente, contribuir para que a realidade que a determina se transforme em uma realidade não-violenta ou socialista.

Vivemos em uma sociedade capitalista, modo de produção esse que tem origem na expropriação violenta de camponeses e artesãos e é fundamentado na exploração do trabalho pelo capital, revestida quase sempre de uma base legal. Ou seja, é um sistema baseado na violência para a sua existência, mesmo que contando hoje com formas mais refinadas (embora as “tradicionais” e truculentas ainda estejam em uso). A luta de classes surge como uma resposta necessária a esse processo, onde inclusive a violência pode ser também necessária na luta contra a exploração e pela liberdade social. A “paz” no capitalismo nada mais seria do que a continuidade da exploração pacífica do trabalho...

Para além da esfera legal desse capitalismo existe também, desde o seu processo de desenvolvimento, uma esfera “ilegal” (às vezes “legalizada”). Tráfico de seres humanos, de drogas, de armas, e outras atividades, são algumas respostas à necessidade de valorização permanente do capital em áreas onde a rentabilidade seja maior. Legal e ilegal, crime organizado e atividade empresarial, neste sentido, mantém contato e seguem a mesma lógica de acumulação e de um mercado global.

---

<sup>11</sup> Idem.

E a própria existência do crime gera a crescimento do aparato de segurança do Estado, com investimento em contratação de pessoal e aquisição de armas e equipamentos, da construção de unidades policiais, delegacias, cadeias e penitenciárias, crescimento de empresas de segurança privadas, etc. É o que muitos chamam de “indústria do crime” ou “da violência”. Como disse Karl Marx, certo e irônico, ao afirmar que o delinquente produz delitos, assim como o filósofo produz idéias, e o poeta, versos. Mas ele produz também “um direito penal, produz o professor que dá cursos sobre direito penal, e mesmo o inevitável manual onde o professor resume suas aulas tendo em vista o comércio (...). Produz ainda a organização da polícia e da justiça, os agentes de polícia, os juízes, os jurados e os carrascos (além) de uma impressão de caráter moral e às vezes trágica, (e) introduz certa diversão na monótona e serena tranquilidade da vida burguesa”.<sup>12</sup>

Concomitante com essa “indústria”, temos as “perdas”. Na perspectiva econômica, são considerados dois tipos de perdas ou custos: custos diretos, formados por bens e serviços públicos e privados gastos no tratamento dos efeitos da violência e prevenção da criminalidade no sistema de justiça criminal, encarceramento, serviços médicos, serviços sociais e proteção das residências; e custos indiretos, composto por perda de investimentos, bens e serviços que deixam de ser captados e produzidos em função da existência da criminalidade e do envolvimento das pessoas (agressores e vítimas) nestas atividades.

Pesquisas feitas para os governos federal, estadual e Nações Unidas estimam que essas perdas seriam de pelo menos 5% do PIB da cidade do Rio de Janeiro, que é algo em torno de US\$ 120 bilhões. Ou seja, no mínimo cerca de US\$ 6 bilhões. Devem entrar nos custos econômicos da violência ainda os custos dos anos perdidos por morte prematura e por incapacidade, sobretudo por ser a população jovem a maior afetada.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> MARX, Karl. Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

<sup>13</sup> Fontes: Relatório da sociedade civil para o relator especial das Nações Unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais. in: [http://www.cddh.org.br/Relatorio\\_Relator\\_ONU.pdf](http://www.cddh.org.br/Relatorio_Relator_ONU.pdf)  
SOARES, Luis Eduardo. Segurança Pública: o papel da sociedade civil. In: OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA 2009, Edição especial: Diálogos sobre violência e segurança pública- Razões e urgências. Rio de Janeiro: IBASE, 2009.

Temos pois, enfim uma política de organização do Estado para enfrentar o crime não *tão* organizado como alguns acreditam. Mas uma política que não é definida pelos movimentos sociais ou representantes das comunidades afetadas. Uma política definida em parceria com os grandes interesses do capital. Em linhas gerais, a política de pacificação pode ser assim resumida: decisão política do governo de intervenção; lideranças policiais que não compactuam com a corrupção e o crime, embora ela ainda possa existir; articulação com as diferentes esferas estatais – federal, estadual e municipal – tanto em políticas públicas assistenciais como na repressão (uso das forças armadas, por exemplo); negociação com lideranças locais após a ocupação; intermediação de ONGs e FASFIL; empreendedorismo e voluntariado.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro como cidade-sede da Olimpíada de 2016, após várias tentativas, e sendo a cidade sede de inúmeros eventos esportivos importantes, inclusive da Copa do Mundo de Futebol em 2014, contribui para a necessidade de uma maior intervenção para resolver os problemas da violência e criminalidade. Não pelo evento em si ou pelos turistas, pela construção de megas instalações esportivas, grandes empreendimentos, superfaturamentos, mas para seus próprios cidadãos, para que termine a discriminação com moradores de favelas e aproxime vizinhos. Para tanto, é fundamental ouvir a própria comunidade, seus interesses, demandas e propostas. Mas para isso ocorrer não cabe uma postura passiva, pois somente a organização e mobilização dessas comunidades pode mudar a lógica de ocupação urbana perversa, capitaneada pela especulação imobiliária, subordinada ao empreendedorismo na administração pública e este a lógica geral do capital-imperialismo. Assim é possível que se aproveite a oportunidade para a construção de uma sociedade não-violenta. Mas, não nos iludamos: a probabilidade maior é a “solução” pela lógica do capital.

## **Rio de Janeiro: uma maravilha para o capital**

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Aliás, esta “solução” está sendo implementada a todo vapor! O consórcio Porto Novo, formado pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, através de uma PPP (Parceria Público Privada) foi escolhido em outubro de 2010 como o responsável pelas obras de requalificação urbana e realização de serviços nos próximos 15 anos, por concessão, com o valor total de R\$ 7,6 bilhões. Além de realizar as grandes intervenções previstas, como a derrubada do Elevado da Perimetral, o consórcio também é responsável pela oferta e manutenção dos serviços da área, como iluminação pública e coleta do lixo. “Chegamos ao momento irreversível do projeto”, afirmou o presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP), Jorge Arraes. “A PPP garantirá a qualidade das obras e dos serviços. Como ambos ficarão a cargo do consórcio, este não irá ofertar nada que lhe cause prejuízos na manutenção. No contrato, existe uma série de dispositivos que preservam o interesse público. É o concessionário que financia as obras, permitindo ao município obter ganhos com a valorização da região”, esclarece.



O primeiro passo fundamental para a execução da segunda fase do projeto aconteceu em setembro, quando o prefeito Eduardo Paes e a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho assinaram um acordo de investimentos de R\$ 3,5 bilhões do FGTS. “É o concessionário que financia as obras”... Mas os recursos para o financiamento são públicos!

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Fincado na zona portuária, numa área de 5 milhões de metros quadrados, compondo um quadrilátero que envolve as avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, o Porto Maravilha comporta empreendimentos imobiliários, comerciais e residenciais, de até 50 andares, além de via expressa, túneis, VLT, ciclovia, passeios públicos e museus. Com 23% das obras já concluídas, recentemente foi apresentado o projeto da Trump Towers Rio, um complexo empresarial de cinco torres. As duas primeiras começam a ser erguidas no segundo semestre de 2013, com 150 metros de altura e 38 andares cada. O investimento é estimado entre 5 a 6 bilhões de dólares.



Sem poder recorrer ao caixa, dado ao gigantismo da operação, a Prefeitura do Rio editou a Lei Complementar 101/2009, que autorizou o aumento do potencial construtivo na região portuária bem acima do que estava estipulado, preservando o patrimônio cultural, arquitetônico e os prédios públicos.



Para atrair investidores, foram criados os Certificados de Potencial Adicional de Construção, os Cepac's: 6,5 milhões de títulos, arrematados pelo Fundo de Investimento Imobiliário da Caixa, atrelado ao FGTS, que desembolsou R\$ 3,5 bilhões. Comprados inicialmente por R\$ 545 cada título, hoje já valem mais de R\$ 800 cada e são revendidos no mercado para garantir a operação, segundo o presidente da Concessionária Porto Novo S. A., José Renato Ponte. De acordo com a lei, o fundo vai repassar à Prefeitura do Rio R\$ 8 bilhões em 15 anos após regularização de venda de terrenos da área portuária.

A operação envolveu ainda um leilão de Parceria Público-Privada, cujo vencedor foi o Consórcio Porto Novo, formado pelas construtoras OAS, Odebrecht e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. O consórcio administra, por regime de concessão, serviços e obras de revitalização, operação e manutenção da área por 15 anos, sob a tutela da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp).

A concessionária Porto Rio está executando as obras e cuidará de toda operação de manutenção e dos serviços públicos, como água, gás, coleta de lixo etc. Para isso, receberá R\$ 7,6 bilhões.

Dentro do cronograma de obras, está prevista a construção de um Boulevard, entre a Parça Mauá e o armazém 8 do porto, numa área de 44 mil metros quadrados, com ciclovia, área de convivência e acesso para o VLT, que terá 28 km, 42 estações,

seis linhas e funcionará integrado com metrô, trens, teleférico, barcas, BRT, ônibus e aeroporto.

A principal via de comunicação da nova zona portuária será a avenida Binário, com 3,5 km de extensão, além da remodelagem da avenida Rodrigues Alves, e a remoção da Perimental. Com três pistas, dois túneis, sendo que no da Saúde passará também o VLT, a Via Expressa que englobará a Avenida Rodrigues Alves cruzará toda a zona portuária, aumentando a capacidade de tráfego da região em 40%. Mas esse cálculo leva em conta o fluxo atual, não considerando o impacto gigantesco que os grandes edifícios corporativos, museus, etc, exercerá sobre a circulação de pessoas na região.

A região já atraiu investimentos do grande capital e prédios começam a ser erguidos, como a nova sede do Banco Central, o Porto Olímpico, o Porto Atlântico e o Porto Corporate Tower. “A previsão é de que 57% dos terrenos sejam ocupados por empreendimentos imobiliários comerciais e 43% residenciais. A estimativa é que a população do local, hoje por volta de 28 mil pessoas, passe para 100 mil habitantes”. José Renato Ponte chama a atenção para as intervenções que já foram realizadas pela concessionária Porto Novo, como a coleta de lixo domiciliar, na qual foi empregada uma tecnologia que permite recolher todos os dejetos por via subterrânea na região portuária.

Como resultado, aumentou em 60% a coleta do lixo do local, “que passou de 825 para 1.355 toneladas por mês, na comparação entre junho do ano passado e deste ano”. O desenho de infraestrutura da região contempla 122 km de redes de água potável, 36,5 km de redes de drenagem, 11 km de galerias de drenagem, 84 km de redes de esgoto, 26 km de redes de gás e dutos para cabeamento de rede de fibra ótica. “O local também ganhará um reservatório de 15 milhões de litros de água, em construção no Morro do Pinto, que terá capacidade de abastecer uma população de 500 mil habitantes”. Quando todo o projeto estiver concluído, em 2016, avalia Ponte, andar a pé pela região será um passeio aprazível, em razão da grande área de lazer, com passeios públicos iluminados com lâmpadas de Led, dois museus, o da Cidade, que já está erguido, e o Museu do Amanhã, em fase de construção. Uma cobertura vegetal

contemplará a plantação de 15 mil árvores, passando a área verde do local dos atuais 3% para 12%.

Os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) são títulos usados para financiar operações urbanas consorciadas que recuperam áreas degradadas nas cidades. O potencial de construção é a quantidade de metros quadrados que se pode construir numa determinada área, representada nos andares e na altura dos prédios e metragem.

O dinheiro das vendas dos Cepac's paga todas as obras e serviços da operação urbana Porto Maravilha nos 5 milhões de metros quadrados. Oficialmente, o município do Rio não desembolsa um centavo e ainda economiza nos serviços públicos.

A quantidade de Cepac's de cada empreendimento varia de acordo com a localização do projeto e o tipo de utilização. Para imóveis residenciais são necessários menos Cepac's do que para empreendimentos comerciais. Em determinadas áreas, a variação pode chegar a 50%, com isso há o estímulo de uma ocupação mista e o aumento do número de moradores.

O processo de revitalização da região portuária vem conquistando grandes companhias, como Tishman Speyer e as construtoras CHL e Sandria, que estão se instalando ou construindo na área. O Banco Central do Brasil também vai para a região, o novo prédio ficará na altura do Armazém 8, próximo à Cidade do Samba. Já a Sandria Projetos e Construções está investindo R\$ 150 milhões e a CHL, R\$ 100 milhões, em edifícios comerciais.

A primeira a inaugurar suas novas acomodações foi a GVT, operadora de telefonia fixa e banda larga de atuação nacional. A empresa ocupa, desde o fim de setembro, um galpão de 4.700 metros quadrados na Avenida Rodrigues Alves, após investir cerca de R\$ 5 milhões na reforma do espaço. “A localização estratégica possibilitará agilidade no atendimento e facilitará o deslocamento de nossas equipes de campo pela cidade”, afirma Amos Genish, presidente da companhia.

Uma das maiores desenvolvedoras imobiliárias do mundo, a Tishman Speyer investe na construção de um edifício corporativo de alto padrão que seguirá certificações internacionais de sustentabilidade. O projeto é de, aproximadamente, R\$ 200 milhões, e está localizado num terreno de 13 mil metros quadrados na Avenida Rio

de Janeiro, onde ficava o antigo Moinho Marilu.. “Temos uma localização privilegiada, com uma vista linda, e incentivos fiscais que tornam ainda mais vantajosa a construção”, destaca Ana Carmen Alvarenga, diretora de desenvolvimento da empresa.

A requalificação do espaço urbano da região portuária já traz impactos para a população local, como a interdição de ruas, o congestionamento, a poeira. Mas para a prefeitura o principal efeito é a melhoria na segurança. Mais ordem e segurança nos arredores pelo desenvolvimento do projeto, a criação de um novo grupamento da Guarda Municipal - o Grupamento da Área Portuária – e a criação da nova sede do BPTur. “Vamos atuar nos patrulhamentos comunitário e escolar e cuidaremos do ordenamento nos bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e em parte do Caju”, detalha o inspetor André Luiz Almeida, que ficará à frente do grupamento. O comandante do Batalhão de Policiamento de Áreas Turísticas conta que “em alta temporada, chegamos a receber um milhão de visitantes que chegam pelo Porto. É uma área importante, perto dos aeroportos e da rodoviária”, afirma.

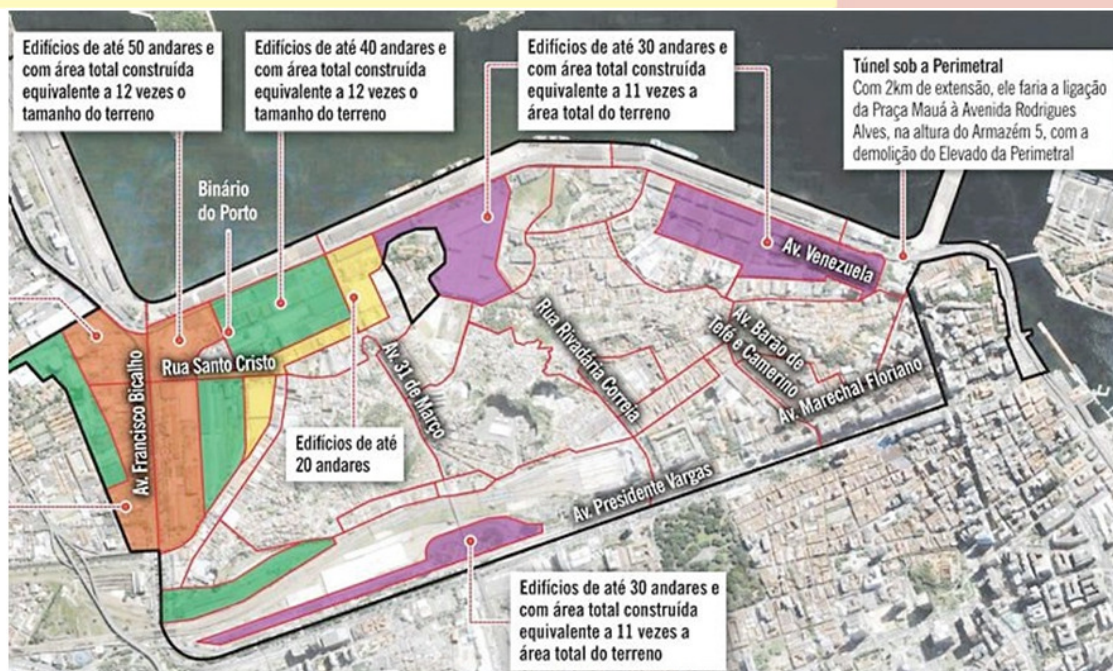


# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL



Projetos culturais e esportivos são incentivados e percebem a oportunidade de investimento, tendo como base a segurança na região. O Instituto Galpão Gamboa, de Marco Nanini e Fernando Libonati, sócios da produtora Pequena Central, desde que se instalaram no bairro, há cerca de quatro anos, já desenvolviam um trabalho de inserção social. Em conjunto com outras instituições – como o grupo Nós do Morro e a ONG Spetaculu, que também atua na região, distribuíam ingressos a preços populares e contratavam jovens para trabalhar em áreas como produção, cenografia e figurino de peças. “O galpão surgiu do desejo de continuarmos querendo oferecer acesso à cultura. Encontramos o espaço na região portuária e fomos muito felizes. Só agora, porém, é que formamos o Instituto Galpão Gamboa e estamos conseguindo oferecer atividades de forma mais estruturada. Tudo começou com uma parceria de amigos, mesmo”, conta Libonati.

Ttoda a região será reurbanizada até 2016 e um novo padrão de qualidade dos serviços urbanos será introduzido, como, por exemplo, coleta seletiva de lixo e iluminação pública eficiente e econômica. Como complemento às intervenções urbanísticas já mencionadas, pode-se citar as importantes mudanças viárias: a demolição do Elevado da Perimetral, a transformação da Avenida Rodrigues Alves em

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

via expressa, a criação de uma nova e rota, chamada provisoriamente de Binário do Porto, e a reurbanização de 70 km de vias.



O Porto Maravilha também realizará ações para a valorização do patrimônio histórico da região, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico para a população. A implantação de projetos de grande impacto cultural, como o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) na Praça Mauá – recém inaugurado -, e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá, ambos em parceria com a Fundação Roberto Marinho, darão nova cara à entrada do porto. Para coordenar o processo de implantação do Porto Maravilha, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura. A CDURP tem como principais funções implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região, além da administrar os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## Operação Urbana Porto Maravilha Reurbanização e desenvolvimento socioeconômico



Rio de Janeiro, 2013

### As Principais obras:

- Construção de 4 km de túneis;
- Reurbanização de 70 km de vias e 650.000 m<sup>2</sup> de calçadas;
- Reconstrução de 700 km de redes de infraestrutura urbana (água, esgoto, drenagem);
- Implantação de 17 km de ciclovias;
- Plantio de 15.000 árvores;
- Demolição do Elevado da Perimetral (4 km);
- Construção de três novas estações de tratamento de esgoto.

### Os Principais serviços:

- Conservação e manutenção do sistema viário;
- Conservação e manutenção de áreas verdes e praças;
- Manutenção e reparo de iluminação pública e calçadas;
- Execução de serviços de limpeza urbana;
- Implantação de coleta seletiva de lixo;
- Manutenção da rede de drenagem e de galerias universais;
- Manutenção da sinalização de trânsito;
- Instalação e conservação de bicicletários;
- Manutenção e conservação de pontos e monumentos turísticos, históricos e geográficos;

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

- Atendimento ao cidadão.



De acordo com a Lei Complementar 101/2009, são estabelecidas regras urbanísticas e ambientais para promover um ambiente urbano saudável e sustentável, as novas edificações da região deverão obedecer a parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, tais como afastamento e recuo adequados entre as novas construções; economia de consumo de água e reaproveitamento de águas pluviais e servidas; economia e/ou geração local de energias limpas; uso de aquecimento solar; uso de telhados verdes e/ou reflexivos do aquecimento solar; maximização da ventilação e iluminação natural; uso de materiais com certificação ambiental; facilitação de acesso e uso de bicicletas. São medidas louváveis, ecologicamente corretas e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Mas quase todas essas ações implicam em tecnologia e custos não acessíveis a população em geral, em especial ao proletariado, o que contribui para o seu afastamento dessa região. As moradias construídas de acordo com esses padrões, numa área agora valorizada, ao lado de polos turísticos e centros empresariais, não terão preços populares.

A Operação Urbana Porto Maravilha em seus alegados compromissos sociais, parte do pressuposto de que os atuais moradores devem permanecer na região portuária. Pelo menos 3% dos recursos da venda dos CEPACs serão obrigatoriamente investidos na valorização do Patrimônio Material e Imaterial da área e em programas de desenvolvimento social para moradores e trabalhadores. Para este fim são oferecidos vários estímulos, tais como: criação de habitações de interesse social; instalação de creches, UPAs e escolas que atendam a densidade populacional prevista; integração

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

entre os diversos modais de transporte público, facilitando a acessibilidade e a comunicação com outras áreas; recuperação da qualidade ambiental da área; geração de empregos diretos e permanentes na região; regularização e formalização das atividades econômicas; formação profissional; criação dos Programas Porto Cultural e Porto Cidadão; apoio a iniciativas de desenvolvimento comunitário. O principal compromisso social realizado até o presente foi a implantação da UPP do Morro da Providência.

Os principais impactos previstos pela prefeitura são: aumento da população de 22 mil para 100 mil habitantes em 10 anos; aumento da área verde de 2,46 % para 10,96%; aumento de 50% na capacidade de fluxo de tráfego na região; redução da poluição do ar e sonora, com a retirada da Perimetral e a redução do transporte pesado na região; aumento da permeabilidade do solo; aumento e melhoria da qualidade da oferta de serviços públicos; transformação da região em referência para a cidade.





## Referências

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. A Violência no Rio de Janeiro: perdas e possibilidades. *Revista História & Luta de Classes*, v. 11, p. 14-19, 2011.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. A cidade pacificada: modernização, controle e hegemonia.. In: Cátia Antonia da Silva. (Org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*.. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, v. , p. 67-86.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. ; LOURENÇO NETO, Sydenham . *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*.. 1. ed. Bauru (SP): Canal 6, 2012. v. 1. 160p .

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BENTES, Júlio Cláudio da Gama. Análise dos Planos Urbanísticos Recentes para a Região Portuária do Rio de Janeiro, IN: <http://matutacoes.org/2012/10/31/porto-maravilha-estetica-burguesa-perspectiva-ganhos-minoria/>; acessado em 28/03/13.

FAORO, Raymundo. A Questão Nacional: a modernização. In: *Estudos Avançados*, vol. 6, no. 14, São Paulo, jan/abr, 1992.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GARLAND, David. *A Cultura do Controle. Crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan / ICC, 2008.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

NUNES, Rafael, A verdade sobre a revitalização do centro do Rio; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/01/462875.shtml>; acessado em 28/03/2013

ROCHA, Oswaldo Porto da. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro, DCDIC, 1986 (Biblioteca Carioca).

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3ª. Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Editora Freitas Bastos, 2007.

TOLEDO, Mariana Peixoto de. *Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – FGV, Rio de Janeiro: 2012.